

CHAPA 2

ÉTICA E FORÇA

CARTA-PROGRAMA

Conscientes dos inúmeros desafios a enfrentar, nas lutas pela conquista de novos direitos e melhores condições de trabalho, apresentamos aos servidores do Poder Judiciário Federal na Paraíba, filiados ou não ao nosso sindicato, as linhas gerais da nossa **CARTA-PROGRAMA**, objetivando submeter a toda categoria nossa proposta de trabalho.

Para melhor compreensão, a elaboração do nosso projeto considerou a estrutura diretiva e a nova ordem estatutária do SINDJUF-PB, que passou a ser composta por 3 Coordenadores Gerais, 8 Coordenadores Executivos e respectivos suplentes, 5 Conselheiros Fiscais, além dos Delegados Sindicais.

Portanto, as propostas a seguir serão expostas conforme cada área específica.

PROGRAMAS E METAS DA COORDENAÇÃO GERAL

- Modernização geral da estrutura de atendimento ao sindicalizado, a partir da imediata realização de um senso geral da categoria combinado com um recadastramento de todos os sindicalizados.
- Propor manter uma Assessoria Parlamentar permanente em Brasília.
- Propor e submeter à apreciação da categoria, projeto de resolução referente ao Regimento Interno do Sindicato, conforme previsto no novo estatuto.
- Mobilizar e conscientizar os servidores do Judiciário Federal, acerca da necessidade e importância histórica da organização sindical, no sentido de promover a solidariedade e unidade de ação dos três segmentos que compõe a categoria (Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça do Trabalho), propiciando maior integração produtora de conquistas e estancando individualismos exorbitantes e eventuais sectarismos.
- Incentivar e promover maior participação e organização da categoria, por local de trabalho, pugnando pelo voluntariado de colegas que se prestem a observar, relatar e sugerir soluções para alguns problemas crônicos ou eventuais, localizados e específicos, tais como ocorrem nos Cartórios Eleitorais e nos Juizados Especiais Federais.
- **Propor a criação**, conforme disposição estatutária, dos **Núcleos** dos Agentes de Segurança, dos Oficiais de Justiça Avaliadores, dos Inativos e Pensionistas, de Previdência, Saúde e Segurança do Trabalhador, todos compostos por sindicalizados

interessados nas lutas específicas, independentemente das ações de outras entidades associativas.

- Cobrar posicionamento formal e oficial das autoridades superiores do Poder Judiciário Federal e seus Conselhos, acerca **dos passivos salariais, cuja mora perdura mais de 15 anos**, sem qualquer motivação razoável, submetendo à assembléia geral.
- Fomentar todos os meios necessários à mobilização na luta pela aprovação de um novo e moderno **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração** que contemple as reais aspirações do conjunto da categoria, servidores ativos e aposentados, com ampla discussão com todos os interessados e advento de norma estabilizadora das relações jurídicas entre Estado e servidores, considerando a reforma do Poder Judiciário Federal.
- Prevenir, combater e lutar contra qualquer ameaça de reforma sindical, previdenciária e trabalhista, que impliquem imposição de burocracia pelo Estado ou que satisfaçam tão somente os objetivos do capitalismo selvagem e daqueles que pretendem o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores, rebaixando e destruindo os direitos sociais e trabalhistas, bem como o valor e soberania das decisões das assembléias sindicais dos trabalhadores, sobretudo quanto ao exercício do direito constitucional à greve, como instrumento legítimo contra a violência do Estado, assim como em defesa das conquistas e ampliação dos direitos sociais.
- Estabelecer metas de trabalho e supervisionar a eficiência e dedicação dos coordenadores executivos e funcionários do SINDJUF-PB, assegurando maior controle bem como uma maior participação dos sindicalizados na fiscalização dos resultados e das ações do sindicato.
- Colaborar com os movimentos sociais e organizações cujo objetivo seja a defesa da cidadania, dos servidores do Poder Judiciário, com a elevação da auto-estima e melhoria das condições de vida do conjunto dos trabalhadores, ativos e aposentados.
- Promover maior participação dos sindicalizados, através da realização de encontros, seminários, consultas e outras atividades voltadas a discussão de todas as questões de interesses geral da categoria, sobretudo quanto aos efeitos nocivos sobre os trabalhadores, face aspectos negativos da reforma da previdência e das metas e relação de trabalho decorrentes da pretensa modernização das atividades do Poder Judiciário.

PRINCIPAIS PROGRAMAS E METAS DAS COORDENAÇÕES EXECUTIVAS

- Da coordenação de Finanças e Patrimônio
 1. Zelar pelas finanças, materiais e patrimônio da entidade, primando pela utilização dos recursos com total transparência, obedecidos os regramentos, instâncias e competências fixadas no estatuto do sindicato, assim como as deliberações extraordinárias e soberanas da categoria.
 2. Atender e responder imediatamente quaisquer questionamentos ou dúvidas dos sindicalizados, diretamente e mediante provocação formal, acerca dos demonstrativos contábeis e aplicação de recursos, independentemente da intervenção do Conselho Fiscal.

3. Suscitar, perante o Conselho Fiscal, eventuais divergências acerca da legalidade ou exorbitância nas despesas realizadas pelas demais coordenações, sem prejuízo da provocação direta à assembléia geral.
 4. Primar pela regular publicação do resumo dos balancetes contábeis mensais, através do site do sindicato, (WWW.SINDJUFPB.ORG.BR), sem prejuízo de eventual consulta da documentação arquivada, pelos sindicalizados, mediante requerimento e vistas na secretaria do sindicato.
- **Da Coordenação de Comunicação e Imprensa**
 1. Rever e aprimorar os canais de comunicação a ser utilizados, com vistas a ampla divulgação de todas as atividades do sindicato e das notícias de interesse da categoria.
 2. Realizar o registro documental das ações e promover a publicação de Informativos e Boletins Extraordinários, conforme a necessidade das lutas desenvolvidas pela categoria.
 3. Manter cordial e amplo relacionamento com outras entidades de trabalhadores e com os agentes da imprensa em geral, objetivando fomentar ações de comunicação, sempre na defesa de direitos e interesses coletivos da categoria e dos servidores públicos em geral, atuando, assim, em contraponto à contra-informação “plantada” nos meios de comunicação de massa, em detrimento das lutas dos trabalhadores.
 4. Buscar aplicativos e meios informatizados de divulgação das notícias de interesse da categoria, com a utilização de e-mail corporativo ou privado, a todos os sindicalizados que manifestarem interesse e indicarem o canal.
 - **Da Coordenação de Cultura, Promoção Social e Esportes**
 1. Incentivar a produção cultural, artística e literária, proveniente do talento dos sindicalizados, sobretudo no âmbito das ciências jurídicas e assuntos temáticos de interesse geral da categoria, possibilitando, inclusive, a publicação de artigos e outras formas de expressão, com a promoção de concursos e instituição de prêmios.
 2. Apoiar a prática esportiva como meio de aquisição de qualidade de vida e bem estar, bem como prevenção contra enfermidades, aliado a realização de eventos que conduzam à integração da categoria, promovendo, ainda, o combate ao sedentarismo, ao tabagismo e outros elementos nocivos e divulgando formas de enfrentamento.
 3. Suscitar e provocar o apoio do sindicato, no campo da promoção social, sempre que algum sindicalizado seja atingido por situações de perigo e dano social iminente, decorrentes de sinistros ou outros imprevistos, sujeitos a prévia avaliação do caso concreto pela direção da entidade.
 - **Da Coordenação de Formação Sindical**
 1. Aproveitar todos os eventos promovidos pelo sindicato para esclarecer e formar uma consciência nas bases, acerca da importância da organização dos trabalhadores e da função dos sindicatos e do movimento sindical.

2. Incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões da diretoria do SINDIJUF-PB, mediante convite formal, para fins de provocar o interesse e o conhecimento acerca do papel do movimento sindical.
 3. Promover campanhas constantes de filiação ao sindicato, como forma de defesa da democracia e independência nas organizações sindicais.
 4. *Lutar contra todas as formas de aparelhamento e desvirtuamento da função das entidades sindicais e seus objetivos, mediante ações preventivas e repressivas contra as sabotagens do nefasto peleguismo e das ingerências políticas.*
- **Da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania**
 1. Lutar contra a repressão, a tentativa de criminalização e violência do Estado sobre os trabalhadores e as atividades dos seus sindicatos.
 2. Denunciar e reprimir todas as formas de discriminação, assédio moral, dominação, opressão e exploração do homem pelo homem, estabelecendo meios de comunicação capazes de favorecer a participação dos sindicalizados e a delação de fatos que quase sempre lembram as famosas expressões: “*Você sabe com quem está falando*” ou “*Eu mando, eu posso, eu faço*”.
 3. Fiscalizar, denunciar e combater todas as formas de corrupção na política e na administração pública, sobretudo no âmbito do Poder Judiciário, utilizando-se de mecanismos e instituições como o Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público, além de organizações da sociedade civil organizada.
 4. Promover e participar das ações e de eventos que tratem da defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana, através da realização de palestras e seminários, incentivando a participação dos sindicalizados.
 5. Engajar o sindicato nas campanhas pela efetivação dos direitos trabalhistas, contra o desemprego e pela adoção da jornada diária de 6 horas, em defesa dos direitos fundamentais e sociais do trabalhador e sua família, previstos na Constituição Federal.
 6. Acolher e encaminhar todas as manifestações dos sindicalizados, relacionados com a temática dos Direitos Humanos.
 - **Da Coordenação Jurídica**
 - .1. – Manter e aprimorar a assessoria jurídica aos sindicalizados quanto aos assuntos funcionais, assim como manter parcerias que possa minimizar os custos com honorários advocatícios para assuntos particulares e outros, de interesse individual dos servidores sindicalizados.
 - .2. – Aquisição e implantação de ferramentas capaz de possibilitar a utilização da internet para divulgação constante das ações propostas e informações individualizadas aos sindicalizados, bem como o intercâmbio de informações acerca das matérias jurídicas e legislativas de interesse da categoria.
 - .3. - Propor promover ações políticas, além dos encaminhamentos de natureza jurídica, capaz de estabilizar as questões pendentes quanto aos passivos, com destaque para a mora salarial das diferenças da URV (11,98%) e correções, cujos valores já estão em fase de liquidação para fins de imediata execução, via do precatório.

- .4. – Lutar contra as decisões do TCU, tendentes a prejudicar, sem razão, diversos servidores do TRT, por força das decisões e de interpretação dada a atos dos Tribunais, baixados pelos seus gestores há mais de 15 anos.
 - .5. Acolher a colaboração dos servidores sindicalizados, avaliando e implementando qualquer sugestão de procedimento viável, que possibilitem o aprimoramento das ações da coordenação.
- Da Coordenação do Alto Sertão
 1. Manter constante observação das questões relacionadas com as necessidades dos sindicalizados da Região, mediante contato imediato com os Delegados Sindicais da Base ou em reuniões presenciais periódicas, previamente agendadas, para a discussão e encaminhamento das soluções acerca dos problemas e necessidades específicos dos servidores em exercício naquela área geográfica.
 1. Estabelecer meios de comunicação e resposta aos encaminhamentos necessários às soluções emergenciais, capazes de socorrer e apoiar o sindicalizado em caso de sinistros ou enfermidades graves, acometidos na região.
 2. Propor e submeter à Coordenação Geral sugestões de qualquer natureza, advindas dos sindicalizados da região, , implementando as deliberações.
 - Da Coordenação do Litoral e Curimataú
 3. Manter constante observação das questões relacionadas com as necessidades dos sindicalizados da Região, mediante contato imediato com os Delegados Sindicais da Base ou em reuniões presenciais periódicas, previamente agendadas, para a discussão e encaminhamento das soluções acerca dos problemas e necessidades específicos dos servidores em exercício naquela área geográfica.
 4. Estabelecer meios de comunicação e resposta aos encaminhamentos necessários às soluções emergenciais, capazes de socorrer e apoiar o sindicalizado em caso de sinistros ou enfermidades graves, acometidos na região.
 5. Propor e submeter à Coordenação Geral sugestões de qualquer natureza, advindas dos sindicalizados da região, implementando as deliberações.